

Ulisses Vieira Moreira Peixoto

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo (UNI-TRI). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Autor de diversas Obras da Área Jurídica.

# A PROVA

## no novo Código de Processo Civil

1ª Edição  
2017



Copyright © República dos Livros Editora e Distribuidora

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, principalmente por sistemas gráficos, reprográficos, fotográficos etc., bem como a memorização e/ou recuperação total ou parcial, ou inclusão deste trabalho em qualquer sistema ou arquivo de processamento de dados, sem prévia autorização escrita do autor e desta Editora. Observa-se que, tais vedações aplicam-se também às características gráficas da Obra, além de todos os dispositivos previstos na Lei nº. 9.610, de 19/02/1998.

Direção Editorial, Revisão e Coordenação  
Ulisses Vieira Moreira Peixoto

Capa  
Equipe: Editora República dos Livros

1ª Edição  
2017

ISBN 9788565617048



República dos Livros Editora e Distribuidora  
Rua Carmo do Paranaíba, nº. 150, Bairro Jôquei  
Clube, CEP 38444-300 – Araguari/MG.  
[www.republicadoslivroseditora.com.br](http://www.republicadoslivroseditora.com.br)  
[contato@republicadoslivroseditora.com.br](mailto:contato@republicadoslivroseditora.com.br)

## ÍNDICE

PARTE I  
DOCTRINA**Capítulo 1 - Considerações gerais**

1. Provar a verdade dos fatos (art. 369, do CPC de 2015).....	25
2. Determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito (art. 370, do CPC de 15).....	29
3. Razões da formação de seu convencimento (art. 371, do CPC de 2015).....	33
4. Não dependem de prova (art. 374, CPC de 2015).....	35
5. Aplicação pelo juiz das regras de experiência (art. 375, do CPC de 2015).....	39
6. Alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário (art. 376, do CPC de 2015).....	40
7. Carta precatória, a carta rogatória e o auxílio direto (art. 377, do CPC de 2015).....	42
8. Dever de colaborar com o Poder Judiciário (art. 378, do CPC de 2015).....	43
9. Direito da parte de não produzir prova contra si própria (art. 379, do CPC de 2015).....	45
10. Dever de cooperação de terceiros, em relação às provas (art. 380, do CPC de 2015).....	46

**Capítulo 2 - Prova emprestada**

1. Prova emprestada (art. 372, do CPC de 2015).....	49
---	----

**Capítulo 3 - Ônus da prova**

1. Ônus da prova (art. 373, CPC de 2015).....	53
---	----

**Capítulo 4 - Reformulação da produção antecipada de provas**

1. Produção antecipada de provas (art. 381, do CPC de 2015).....	59
1.1. Procedimentos cautelares específicos.....	59
2. Amplitude da realização da prova (art. 382, do CPC de 2015).....	63

3. Comunhão da prova (art. 383, do CPC de 2015).....	64
--	----

## **Capítulo 5 - Ata notarial como meio de prova**

1. Ata notarial (art. 384, do CPC de 2015).....	67
---	----

## **Capítulo 6 - Depoimento pessoal**

1. Depoimento pessoal e interrogatório (art. 385, do CPC de 2015).....	71
2. Recusa em depor (art. 386, do CPC de 2015).....	73
3. Depoimento pessoal por representante (art. 387, do CPC de 2015).....	74
4. Mitigação do ônus de prestar depoimento pessoal (art. 388, do CPC de 2015).....	74

## **Capítulo 7 - Confissão**

1. Confissão, judicial ou extrajudicial (art. 389, do CPC de 2015).....	77
2. Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada (art. 390, do CPC de 2015).....	78
3. Confissão prova contra o confitente (art. 391, do CPC de 2015).....	79
4. Confissão e direitos disponíveis (art. 392, do CPC de 2015).....	80
5. Revogação e anulação da confissão (art. 393, do CPC de 2015).....	81
6. Confissão extrajudicial provada por testemunhas ou por documento escrito (art. 394, do CPC de 2015).....	82
7. Indivisibilidade da confissão (art. 395, do CPC de 2015).....	82

## **Capítulo 8 - Exibição de documento ou coisa**

1. Exibição forçada do documento (art. 396, do CPC de 2015).....	85
2. Fundamentação do pedido de exibição de documento (art. 397, do CPC de 2015).....	85
3. Resposta do requerido (art. 398, do CPC de 2015).....	87
4. Recusa do requerido em exhibir o documento ou a coisa (art. 399, do CPC de 2015).....	87
5. Medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou de sub-rogação (art. 400, do CPC de 2015).....	89
6. Ação de exibição contra terceiro (art. 401, do CPC de 2015).....	90
7. Negativa da obrigação de exhibir o documento ou coisa, pelo terceiro (art. 402, do CPC de 2015).....	91
8. Consequências da não exibição do documento ou coisa requerida contra terceiro (art. 403, do CPC de 2015).....	91
9. Recusa em exhibir e segredo profissional (art. 404, do CPC de 2015).....	92

## **Capítulo 9 - Prova documental**

1. Valor probante do documento público (art. 405, do CPC de 2015).....	95
2. Exigir instrumento público como da substância do ato (art. 406, do CPC de 2015).....	96
3. Aproveitamento do documento público como documento particular (art. 407, do CPC de 2015).....	97
4. Declaração constante de documento particular (art. 408, do CPC de 2015).....	97
5. Data do documento particular (art. 409, do CPC de 2015).....	99
6. Autor do documento particular (art. 410, do CPC de 2015).....	101
7. Desburocratização da prova documental (art. 411, do CPC de 2015).....	103
8. Documento considerado autêntico (art. 412, do CPC de 2015).....	105
9. Autenticidade de documento original expedido por meio de transmissão (art. 413, do CPC de 2015).....	106
10. Conformidade entre documento transmitido e original (art. 414, do CPC de 2015).....	109
11. Carta e registro doméstico (art. 415, do CPC de 2015).....	109
12. Nota escrita pelo credor em documento representativo da obrigação (art. 416, do CPC de 2015).....	111
13. Livros empresariais. Prova contra seu autor (art. 417, do CPC de 2015).....	112
14. Livros empresariais. Prova em favor de seu autor (art. 418, do CPC de 2015).....	112
15. Indivisibilidade da escrituração contábil (art. 419, do CPC de 2015).....	113
16. Exibição integral de documentos contábeis (art. 420, do CPC de 2015).....	114
17. Exibição parcial de livros e documentos (art. 421, do CPC de 2015).....	115
18. Qualquer reprodução mecânica (art. 422, do CPC de 2015).....	115
19. Conformidade de cópia com o original certificada pelo escrivão ou chefe de secretaria (art. 423, do CPC de 2015).....	116
20. Valor probante das cópias de documentos (art. 424, do CPC de 2015).....	117
21. Juntada de cópia aos autos (art. 425, do CPC de 2015).....	118
22. Vício material (art. 426, do CPC de 2015).....	120
23. Cessação da fé do documento (público ou particular) por falsidade (art. 427, do CPC de 2015).....	120
24. Cessação da fé do documento particular (art. 428, do CPC de 2015).....	122
25. Ônus da prova (art. 429, do CPC de 2015).....	122

## **Capítulo 10 - Arguição de falsidade**

1. Mera arguição de falsidade e pedido de declaração de falsidade (art. 430, do CPC de 2015).....	125
2. Motivos da arguição (art. 431, do CPC de 2015).....	126
3. Possibilidade de retirada do documento pela parte que o produziu (art. 432, do CPC de 2015).....	126

do CPC de 2015).....	127
4. Natureza do pronunciamento que resolve o incidente (art. 433, do CPC de 2015).....	127

### **Capítulo 11 - Produção da prova documental**

1. Prova cinematográfica ou fonográfica (art. 434, do CPC de 2015).....	129
2. Juntada posterior de documentos (art. 435, do CPC de 2015).....	130
3. Manifestação sobre documento constante dos autos (art. 436, do CPC de 2015).....	131
4. Oportunidade para manifestação sobre os documentos juntados (art. 437, do CPC de 2015).....	131
5. Dever das repartições públicas de cooperar com o Poder Judiciário (art. 438, do CPC de 2015).....	132

### **Capítulo 12 - Documento eletrônico**

1. Documento eletrônico (art. 439, do CPC de 2015).....	135
2. Valor probante do documento eletrônico (art. 440, do CPC de 2015).....	136
3. Produção e conservação do documento eletrônico (art. 441, do CPC de 2015).....	136

### **Capítulo 13 - Prova testemunhal**

1. Admissibilidade da prova testemunhal (art. 442, do CPC de 2015).....	137
2. Prova testemunhal desnecessária (art. 443, do CPC de 2015).....	137
3. Admissibilidade da prova testemunhal quando houver começo de prova escrita (art. 444, do CPC de 2015).....	139
4. Admissibilidade de prova testemunhal quando inviável, moral ou materialmente, a obtenção de prova escrita da obrigação (art. 445, do CPC de 2015).....	140
5. Prova de vícios de consentimento e de simulação (art. 446, do CPC de 2015).....	141
6. Pessoas que não podem ser testemunhas (art. 447, do CPC de 2015).....	142
7. Direito de escusa (art. 448, do CPC de 2015).....	144
8. Local em que a testemunha deve ser ouvida (art. 449, do CPC de 2015).....	144

### **Capítulo 14 - Produção da prova testemunhal**

1. Rol de testemunhas (art. 450, do CPC de 2015).....	147
2. Substituição da testemunha (art. 451, do CPC de 2015).....	148
3. Juiz arrolado como testemunha (art. 452, do CPC de 2015).....	149
4. Possibilidade de oitiva da testemunha por videoconferência (art. 453, do CPC de 2015).....	150

5. Testemunhas ouvidas em local distinto do foro (art. 454, do CPC de 2015)...	152
6. Responsabilidade do advogado pela intimação das testemunhas por ele arroladas (art. 455, do CPC de 2015).....	154
7. Possibilidade do juiz alterar a ordem de oitiva das testemunhas (art. 456, do CPC de 2015).....	156
8. Qualificação da testemunha (art. 457, do CPC de 2015).....	157
9. Compromisso de dizer a verdade (art. 458, do CPC de 2015).....	158
10. Perguntas diretas das partes às testemunhas (art. 459, do CPC de 2015).....	159
11. Documentação do depoimento em sistema audiovisual (art. 460, do CPC de 2015).....	159
12. Testemunhas referidas e acareação (art. 461, do CPC de 2015).....	161
13. Indenização à testemunha por despesas referentes ao comparecimento à audiência (art. 462 do CPC de 2015).....	162
14. Serviço público (art. 463, do CPC de 2015).....	162

## **Capítulo 15 - Novidades no regramento da prova pericial**

1. Considerações gerais.....	165
2. Exame, vistoria ou avaliação (art. 464, do CPC de 2015).....	165
3. Nomeação do perito (art. 465, do CPC de 2015).....	168
4. Deveres do perito (art. 466, do CPC de 2015).....	170
5. Imparcialidade do perito (art. 467, do CPC de 2015).....	171
6. Substituição do perito (art. 468, do CPC de 2015).....	172
7. Quesitos suplementares (art. 469, do CPC de 2015).....	175
8. Decisão do juiz sobre os quesitos (art. 470, do CPC de 2015).....	176
9. Escolha do perito pelas partes. “Perícia consensual” (art. 471, do CPC de 2015).....	176
10. Desnecessidade de prova pericial se suficientes os dados apresentados pelas partes (art. 472, do CPC de 2015).....	177
11. Requisitos do laudo pericial (art. 473, do CPC de 2015).....	179
12. Cientificação das partes da data e local do início da perícia (art. 474, do CPC de 2015).....	180
13. Nomeação de equipe multidisciplinar para a realização da perícia (art. 475, do CPC de 2015).....	181
14. Prorrogação do prazo (art. 476, do CPC de 2015).....	182
15. Manifestação das partes sobre o laudo e dever de esclarecimento (art. 477, do CPC de 2015).....	182
16. Nomeação de técnico de estabelecimento oficial especializado (art. 478, do CPC de 2015).....	185
17. Valoração da prova pericial (art. 479, do CPC de 2015).....	186

18. Nova perícia (art. 480, do CPC de 2015).....	186
--	-----

## **Capítulo 16 - Inspeção judicial**

1. Inspeccionar pessoas ou coisas (art. 481, do CPC de 2015).....	189
2. Inspeção judicial e perícia (art. 482, do CPC de 2015).....	190
3. Contraditório e participação das partes (art. 483, do CPC de 2015).....	190
4. Auto circunstanciado (art. 484, do CPC de 2015).....	192

## **Capítulo 17 - Alteração de prazos na prova**

1. Artigo 383, do CPC de 2015.....	195
2. Artigo 398, do CPC de 2015.....	195
3. Artigo 401, do CPC de 2015.....	195
4. Artigo 403, do CPC de 2015.....	196
5. Artigo 430, do CPC de 2015.....	196
6. Artigo 432, do CPC de 2015.....	197
7. Artigo 436, do CPC de 2015.....	197
8. Artigo 437, do CPC de 2015.....	198
9. Artigo 450, do CPC de 2015.....	199
10. Artigo 465, do CPC de 2015.....	199
11. Artigo 466, do CPC de 2015.....	200
12. Artigo 468, do CPC de 2015.....	201
13. Artigo 477, do CPC de 2015.....	201

## **PARTE II**

### **ARTIGOS DO NOVO CPC QUE CITAM A PALAVRA "PROVAS"**

1. Objeto da cooperação jurídica internacional.....	205
2. Auxílio direto.....	207
3. Amplitude da cooperação jurídica (ou judiciária) nacional.....	208
4. Dever de veracidade, alegações vazias e atos protelatórios.....	209
5. Inexistência de coisa julgada em relação ao assistente simples.....	212
6. Observância do princípio do contraditório e citação dos sócios.....	213
7. Conciliador/mediador profissional.....	214
8. Participação do Ministério Público no processo, como custos legis.....	215
9. Requisitos das cartas.....	215
10. Contestação ao pedido cautelar.....	216
11. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	217
12. Direito de defesa.....	218



13. Especificação das provas, com ou sem revelia.....	221
14. Réu revele e direito à prova.....	221
15. Desnecessidade de produção de provas em audiência.....	222
16. Ordem da produção das provas em audiência.....	223
17. Adiamentoda audiência.....	223
18. Limite da cognição judicial no processo de inventário.....	225
19. Contraditório prévio sobre a perda do cargo de inventariante.....	226
20. Impugnação nos próprios autos e decisão imediata.....	227
21. Habilitação de quem se julgar preterido.....	228
22. Decisão sobre os bens sujeitos à colação.....	229
23. Suspensão do processo até que se produzam provas na oposição.....	230
24. Desnecessidade de restauração integral dos autos.....	231
25. Testamentosecodicilos.....	232
26. Direito probatório.....	234

### PARTE III

### MODELOS DE PETIÇÕES

Intimação feita pelo advogado à testemunha.....	235
Pedido de depoimento fora do Juízo ( <i>Art. 217, do CPC de 2015</i> ).....	237
Pedido de julgamento antecipado do mérito ( <i>Art. 355, inciso I, do CPC de 2015</i> )....	238
Petição inicial de produção antecipada da prova ( <i>Art. 381, do CPC de 2015</i> )....	239
Pedido de prova pelo interessado ( <i>Art. 382, § 3º, do CPC de 2015</i> ).....	241
Pedido de depoimento pessoal ( <i>Art. 385, § 1º, do CPC de 2015</i> ).....	242
Pedido de confissão ( <i>Art. 389, do CPC de 2015</i> ).....	243
Petição de exibição judicial ( <i>Art. 396, do CPC de 2015</i> ).....	244
Petição de exibição judicial contra terceiro ( <i>Art. 401, do CPC de 2015</i> ).....	245
Pedido de exibição ( <i>Art. 420, do CPC de 2015</i> ).....	246
Incidente de falsidade ( <i>Art. 430, do CPC de 2015</i> ).....	247
Pedido de juntada de documentos ( <i>Art. 435, do CPC de 2015</i> ).....	248
Pedido de juntada de documentos ( <i>Art. 436, parágrafo único, do CPC de 2015</i> ).....	249
Pedido de especificação de provas ( <i>Art. 437, § 1º, do CPC de 2015</i> ).....	250
Pedido de substituição de testemunha ( <i>Art. 451, inciso I, do CPC de 2015</i> ).....	252
Pedido de substituição de testemunha ( <i>Art. 455, § 1º, do CPC de 2015</i> ).....	253
Pedido de intimação por via judicial da testemunha arrolada ( <i>Art. 455, § 4º, do CPC de 2015</i> ).....	254
Pedido de escusa da testemunha ( <i>Art. 457, § 3º, do CPC de 2015</i> ).....	255

Pedido de oitiva de testemunha referida ( <i>Art. 461, inciso I, do CPC de 2015</i> ).....	256
Pedido de acareação de testemunha ( <i>Art. 461, inciso II do CPC de 2015</i> ).....	257
Pedido de ressarcimento das despesas da testemunha ( <i>Art. 462, do CPC de 2015</i> )..	258
Pedido de perícia simplificada ( <i>Art. 464, § 2º, do CPC de 2015</i> ).....	259
Pedido de impedimento do perito nomeado ( <i>Art. 465, § 1º, do CPC de 2015</i> )....	260
Pedido de suspeição do perito nomeado ( <i>Art. 465, § 1º, do CPC de 2015</i> ).....	261
Escusa do perito ( <i>Art. 467, do CPC de 2015</i> ).....	262
Escusa do perito ( <i>Art. 467, do § 1º, do CPC de 2015</i> ).....	264
Pedido de substituição do perito ( <i>Art. 468, do CPC de 2015</i> ).....	266
Pedido de perícia consensual ( <i>Art. 471, do CPC de 2015</i> ).....	267
Pedido de intimação do perito ( <i>Art. 477, § 3º, do CPC de 2015</i> ).....	268
Pedido de realização de nova perícia ( <i>Art. 480, do CPC de 2015</i> ).....	269
Pedido de inspeção judicial ( <i>Art. 481, do CPC de 2015</i> ).....	270
Pedido de ratificação judicial de protesto ou processo testemunhável ( <i>Art. 766 do CPC de 2015</i> ).....	271
Requerimento: agravo de instrumento ( <i>Prova suficiente da necessidade da gratuidade judiciária</i> ).....	273
Razões de recurso de agravo de instrumento ( <i>Prova suficiente da necessidade da gratuidade judiciária</i> ).....	274
Requerimento: agravo de instrumento ( <i>Prova pericial deficiente. Necessidade de renovação da perícia</i> ).....	279
Razões de recurso de agravo de instrumento ( <i>Prova pericial deficiente. Necessidade de renovação da perícia</i> ).....	280
Requerimento: agravo de instrumento ( <i>Necessidade de dilação probatória</i> ).....	286
Razões de recurso de agravo de instrumento ( <i>Necessidade de dilação probatória</i> ).....	287
Recurso de apelação ( <i>Prescinde da prova de sua ocorrência</i> ).....	290
Razões de recurso de apelação ( <i>Prescinde da prova de sua ocorrência</i> ).....	291
Recurso de apelação ( <i>Cerceamento de defesa - Perícia inconclusiva - Laudo lacônico</i> ).....	299
Razões do recurso de apelação ( <i>Cerceamento de defesa - Perícia inconclusiva - Laudo lacônico</i> ).....	300
Recurso de apelação ( <i>Ação de cobrança. DPVAT. Prova pericial</i> ).....	306
Razões de recurso de apelação ( <i>Ação de cobrança. DPVAT. Prova pericial</i> ).....	307
Recurso de apelação ( <i>Cerceamento de defesa</i> ).....	310
Razões do recurso de apelação ( <i>Cerceamento de defesa</i> ).....	311
Contrarrazões de recurso de apelação ( <i>Prova pericial desnecessária</i> ).....	315

Contrarrazões ( <i>Prova pericial desnecessária</i> ).....	316
--	-----

## PARTE IV JURISPRUDÊNCIAS E ENUNCIADOS

Jurisprudências atualizadas com o Novo CPC referentes às Provas.....	319
Enunciados do FPPC relacionados com Direito Probatório.....	333

## PARTE V CAPÍTULOS ESPECIAIS

### Capítulo 1 - Tutela provisória

1. Disposições gerais.....	337
1.1. Urgência ou evidência.....	337
1.2. Custas e medidas requeridas em caráter incidental.....	340
1.3. Durabilidade no tempo.....	341
1.4. Medidas que considerar adequadas.....	342
1.5. Fundamentação da decisão relativa às tutelas de urgência e de evidência.....	345
1.6. Competência para o exame de requerimento de tutela de urgência ou de evidência.....	346
2. Tutela de urgência.....	347
2.1. Disposições gerais.....	347
2.1.2. Tutela de urgência de natureza cautelar.....	349
2.1.3. Responsabilidade objetiva do demandante.....	350
2.2. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	351
2.2.1. Urgência for contemporânea à propositura da ação.....	351
2.2.2. Tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, do CPC de 2015.....	354
2.3. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	356
2.3.1. Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente.....	356
2.3.2. Contestação ao pedido cautelar.....	357
2.3.3. Revelia e tutela cautelar.....	358
2.3.4. Efetivada a tutela cautelar.....	359
2.3.5. Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente.....	360
2.3.6. Sentença cautelar e coisa julgada.....	361
3. Tutela de evidência.....	363

3.1. Tutela da evidência concedida.....	363
---	-----

## **Modelos**

Pedido de tutela de urgência.....	366
Pedido de cessação da tutela ( <i>Art. 309, inciso I, do CPC de 2015</i> ).....	368
Aditamento à petição inicial de tutela requerida em caráter antecedente ( <i>Art. 303, § 1º, inciso I, do CPC de 2015</i> ).....	369
Pedido de tutela cautelar requerida em caráter antecedente ( <i>Art. 300, do CPC de 2015</i> ).....	370

## **Capítulo 2 - Amicus curiae**

1. Considerações gerais.....	373
2. Amicus curiae. Natureza da intervenção.....	373

## **Modelo**

Pedido de admissão de manifestação ( <i>Art. 138, do CPC de 2015</i> ).....	380
---	-----

## **Capítulo 3 - O que muda para os Advogados com o Novo CPC ?**

1. Considerações gerais.....	383
2. Impedimento do juiz por sua relação com advogado.....	383
3. Férias forenses passam a ser expressamente limitadas aos advogados.....	385
4. Prazo para litisconsortes que têm diferentes procuradores.....	386
5. Indicação do advogado em nome de quem deve ser realizada a comunicação processual.....	387
6. Intimação entre advogados.....	389
7. Intimação, pelo advogado, da testemunha por ele arrolada.....	390
8. Honorários em sede recursal.....	392
9. Retirada dos autos durante prazo comum. Carga rápida.....	392

## **Modelos**

Carta de renúncia de mandato ( <i>Art. 112, do CPC de 2015</i> ).....	394
Intimação ( <i>Requerer</i> ).....	395
Indicação das testemunhas ( <i>Intimação pelo advogado</i> ).....	396
Pedido de adiamento da audiência pelo advogado.....	397

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	398
---------------------------------	-----